

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### EMENDA SUBSTITUTIVA AO SUBSTITUTIVO DO RELATOR (Do Sr, Tião Medeiros)

Projeto de Lei nº 399, de 2025

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999,  
para dispor sobre penalidades relativas à  
comercialização de combustíveis e  
biocombustíveis.

## EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao inciso II do art. 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, a seguinte  
redação:

“II – importar, exportar ou comercializar petróleo, gás natural, seus derivados e  
biocombustíveis em quantidade ou especificação diversa da autorizada, bem como  
dar ao produto destinação não permitida ou diversa da autorizada, na forma  
prevista na legislação aplicável:  
Multa – de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta  
milhões de reais).”

## JUSTIFICATIVA

O Substitutivo apresentado pelo Relator prevê multas que podem alcançar até R\$ 500  
milhões, valor desproporcional, que afronta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade  
previstos na Constituição Federal.

A presente emenda busca ajustar os limites, mantendo o rigor punitivo necessário para  
coibir fraudes e condutas ilícitas, mas evitando a criação de sanções inexequíveis e de caráter  
meramente político, que já foram reiteradamente rejeitadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, preserva-se a observância aos critérios estabelecidos no art. 4º da Lei nº  
9.847/1999, segundo os quais a fixação das multas deve considerar a gravidade da infração, a  
capacidade econômica do infrator e as consequências para a segurança do abastecimento  
nacional.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Deputado Tião Medeiros

